



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 343, DE 2024** **(Da Sra. Coronel Fernanda)**

Regulamenta a solicitação de certidão de antecedentes criminais pelo empregador público ou privado e cria a Central Unificada de Consulta Pública de Antecedentes Criminais (CUCC).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE

TRABALHO;

SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

(Da Sra. CORONEL FERNANDA)

Regulamenta a solicitação de certidão de antecedentes criminais pelo empregador público ou privado e cria a Central Unificada de Consulta Pública de Antecedentes Criminais (CUCC).

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta a solicitação de certidão de antecedentes criminais pelo empregador público ou privado e cria a Central Unificada de Consulta Pública de Antecedentes Criminais (CUCC).

**Art. 2º** Em processos de contratação de pessoal, o empregador poderá solicitar a certidão de antecedentes criminais do candidato mediante fundamentação e alinhada com as atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo ofertado.

**Art. 3º** Fica instituída a Central Unificada de Consulta Pública de Antecedentes Criminais (CUCC), com o objetivo de possibilitar a verificação de histórico criminal dos candidatos antes da contratação por empregadores públicos ou privados.

**§ 1º.** O prazo máximo para análise do pedido de acesso à certidão de antecedentes criminais pela Central Unificada de Consulta Pública de Antecedentes Criminais (CUCC) é de 10 (dez) dias corridos.

**§ 2º.** É vedada a utilização das informações constantes na certidão de antecedentes criminais para discriminação, constrangimento ou qualquer forma de preconceito.

**Art. 4º** A CUCC terá acesso a informações sobre crimes hediondos, estupro, homicídio, feminicídio, violência doméstica (Lei Maria da



Penha), crimes contra menores, processos transitados em julgado e em tramitação.

**Art. 5º** As informações disponíveis na CUCC serão obtidas de forma centralizada, por meio de integração entre os sistemas de Justiça e órgãos responsáveis pela segurança pública, garantindo a confiabilidade e a atualização dos dados.

**Art. 6º** A consulta à CUCC será gratuita e mediante prévia autorização, visando a proporcionar transparência e permitir que empregadores, instituições educacionais e demais interessados possam realizar verificações de antecedentes criminais.

**Art. 7º** A CUCC deverá garantir a segurança e a confidencialidade das informações, adotando medidas tecnológicas e administrativas necessárias para prevenir acessos não autorizados.

**Art. 8º** Os órgãos competentes deverão fornecer informações à CUCC de forma regular e tempestiva, garantindo a atualização constante dos dados disponíveis.

**Parágrafo único.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública será responsável pela coordenação e administração da Central Unificada de Consulta Pública de Antecedentes Criminais (CUCC).

**Art. 9º** Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem por finalidade estabelecer diretrizes claras para a solicitação de certidão de antecedentes criminais por parte de empregadores públicos e privados, bem como instituir a Central Unificada de Consulta Pública de Antecedentes Criminais (CUCC).

Desse modo, busca-se equilibrar os legítimos interesses dos empregadores na busca por informações relevantes para a contratação,



protegendo, simultaneamente, os direitos e a privacidade dos candidatos e enfatizando a importância da proteção à mulher na luta contra a violência.

O empregador, visando a proporcionar um ambiente seguro para todos os colaboradores, tem o interesse legítimo em conhecer o histórico criminal de potenciais funcionários, especialmente em setores ou cargos que envolvam responsabilidades sensíveis.

Portanto, este projeto de lei se configura como uma medida preventiva, visando a evitar a ocorrência de crimes no ambiente laboral e a garantir a integridade física e emocional dos funcionários, destacando a importância da proteção à mulher, que, estatisticamente, pode ser mais vulnerável a determinados tipos de delitos.

A inclusão de crimes hediondos, estupro, homicídio, feminicídio, violência doméstica (Lei Maria da Penha), crimes contra menores, bem como a consideração de processos em tramitação, visa a evitar a contratação de indivíduos envolvidos em delitos graves. Isso contribui não apenas para a segurança da sociedade como um todo, mas, também, enfatiza a proteção à mulher, promovendo um ambiente de trabalho seguro e combatendo a violência.

Ao centralizar e disponibilizar informações relevantes sobre antecedentes criminais, a CUCC desempenhará um papel crucial na prevenção de crimes e no fortalecimento da segurança pública.

Além disso, gratuidade do serviço e as garantias de confidencialidade são premissas fundamentais para assegurar a utilização responsável e ética das informações disponibilizadas.

Em síntese, este projeto de lei busca conciliar a necessidade de proteção social com os princípios jurídicos fundamentais, garantindo que a consulta de antecedentes criminais seja realizada de maneira transparente, responsável e em conformidade com os preceitos legais vigentes.

Destaca-se a importância crucial da proteção à mulher e às crianças e adolescentes, promovendo um ambiente de trabalho seguro e livre de discriminação ou assédio, e contribuindo para a construção de ambientes mais seguros no contexto mais amplo da sociedade.



Por essas razões, contamos com o apoio dos nossos nobres Pares para que este projeto de lei possa prosperar.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputada CORONEL FERNANDA

2023.21591 – central antecedentes

